



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**FOLHA DO BOREL: A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA NA FAVELA**

IGOR DE SOUZA SOARES

Rio de Janeiro

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**FOLHA DO BOREL: A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA NA FAVELA**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

IGOR DE SOUZA SOARES

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

Rio de Janeiro
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

SOARES, Igor de Souza.

Folha do Borel: a comunicação comunitária como instrumento de resistência na favela. Rio de Janeiro, 2021.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo),
Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de
Janeiro – UFRJ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia Folha do Borel: a comunicação comunitária como instrumento de resistência na favela, elaborada por Igor de Souza Soares.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 1/02/2021

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

Pós-doutora em Cultura Contemporânea pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF

Departamento de Expressão e Linguagens - UFRJ

Diego Santos Francisco

Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET/RJ.

Rio de Janeiro

2021



Em 1 de abril de 2021 esteve reunida a Banca Examinadora composta pelos seguintes **professores examinadores**

Diego Santos Francisco,
Marialva Lopes Barbosa e por
Cristiane Henriques Costa,

como **professor orientador**, além do(a) **aluno(a)**

Isa de Souza Soares, (DRE nº 117248212)

do curso de Comunicação Social, habilitação em **JORNALISMO** que apresentou o projeto experimental sobre o tema

Folha do Borel: a comunicação comunitária como instrumento de resistência na favela.

Avaliado o trabalho, a Banca atribuiu grau 10 ao Projeto Experimental do aluno. Nada mais havendo a observar fica lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Banca e pelos alunos.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 2021.

Professor Examinador

cristiane costa

Professor Orientador

Professor Examinador

Isa de Souza Soares

Aluno

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Deus por sua infinita misericórdia, que me permitiu chegar até aqui com tantas conquistas em minha trajetória e também com muitas lutas. Agradeço a minha mãe, Maria Cristina Souza Soares e agradeço, em memória, ao meu saudoso pai, Iran Peixoto Soares, que sempre foi uma inspiração para mim. Ambos não tiveram condições de chegar ao nível superior, mas sempre fizeram de tudo para que eu estivesse aqui. Agradeço as minhas irmãs, Isis e Iracema Soares e ao meu cunhado William Dias, assim como aos meus sobrinhos, Davi e Ester Soares, que foram a força motriz para eu viver, pois tudo o que desejo é vê-los bem.

Minha gratidão, também, às amigas próximas Aline Cunha, Sarah Monteiro, Iara Freire, Ana Cláudia Barreto e Cristina Ferreira que viram-me crescer, além de partilharem da jornada da vida comigo. Além delas, uma amiga, em memória, Flávia Márcia, que caminhou junto comigo. Agradeço a todos os moradores do Borel, onde nasci e cresci e que faz parte da minha identidade, lugar que me compreendi enquanto corpo social.

Não posso deixar de agradecer a Silvana Urbani e sua família por conhecerem minha trajetória de perto, a Gerda e Wilfred por me acompanharem desde muito novo e por fazerem um registro fotográfico de mim com um gravador de voz como prenúncio do que se concretiza nesta monografia: o fim da minha faculdade de Jornalismo. Sou grato a Cibele Paes Leme, que foi uma das chefes mais agradáveis que eu já tive e que se tornou uma grande amiga. Minha eterna gratidão, também, a Rita Esperanza, que é uma amiga que me conhece desde a época de militância por direitos na minha adolescência e que é uma amiga muito especial.

Agradeço aos membros da Jovens Com Uma Missão (Jocum Borel), representados por Andreia Rosa e Jovino Neto, que me conhecem desde quando eu ficava na ONG buscando aprender inglês com os estrangeiros. Agradeço ao jornal Estadão, representado por Marisa Oliveira e Carla Miranda, que me acompanharam na experiência mais surpreendente de toda a minha vida, que foi estudar na Universidade de Navarra, na Espanha. Agradeço aos amigos que fiz no intercâmbio para a Espanha, sendo Clara Smith, Tiago Rubo, Bryan Belati, Emilia Tomazeli e Isadora Camargo, além de Lorenzo, com quem dividi os dias no mesmo apartamento, pois todos foram de extrema importância para mim em toda minha estada em continente europeu.

Não menos importante, gratidão, também, a Beatriz Monteiro, Paula Correa e Sabrina Chagas e a todos os amigos que dividiram os dias felizes e tristes em minha trajetória acadêmica. Grato a minha orientadora, Cristiane Costa, por me acompanhar na ECO-UFRJ e por ter aceitado esse desafio comigo. Aproveito e agradeço aos funcionários da Escola de Comunicação da UFRJ, representados por professores, técnicos e funcionários da limpeza, que fazem a universidade funcionar e ser a melhor do país.

“Ebenézer! Até aqui nos ajudou o Senhor.”

1 Samuel:7. 12

SOARES, Igor de Souza. **Folha do Borel: a comunicação comunitária como instrumento de resistência na favela.** Orientador: Cristiane Henriques Costa. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2021.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo abordar o uso da comunicação comunitária no Morro do Borel e a importância de veículos favelados na luta por direitos, na promoção do vínculo comunitário e da cidadania. Abordaremos os aspectos teóricos que endossam a prática de comunicação comunitária, além de trazer como objeto de estudo o jornal *Folha do Borel*, primeiro veículo impresso da favela e criado em 1977. Abordaremos, também, a atuação do jornal *O Morro*, que funcionou até 2015, e da rádio comunitária, que está ativa há 20 anos.

Palavras-chave: favela; Folha do Borel; comunicação comunitária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ASPECTOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	3
2.1. O PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DOS JORNAIS DE BAIRRO	6
2.2. A CONTRA-HEGEMONIA DAS MÍDIAS COMUNITÁRIAS	11
3. FOLHA DO BOREL: O PRIMEIRO JORNAL DA FAVELA	14
3.1. A ORIGEM DA FOLHA DO BOREL	21
3.2. ANÁLISE DO JORNAL	25
3.3. DOS MIMÉOGRAFOS PARA AS REDES	34
3.4. JORNAL O MORRO – A SUA VOZ. A NOSSA VOZ. A VOZ DO MORRO	37
3.5. A RÁDIO GRANDE TIJUCA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	39
4. CONCLUSÃO	42
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo investigar o processo de comunicação comunitária no Morro do Borel, localizado na extensão da Rua São Miguel, 500, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Esta favela é historicamente conhecida pela resistência contra despejos, impetrados pelos grileiros de terras borelenses, no século passado. A apresentação desta monografia é simbólica para mim, porque foi possível resgatar boa parte da história e da memória do Borel por meio do livro *As lutas do Povo do Borel*, de Manoel Gomes, morador falecido e escritor que narrou a batalha travada pelos moradores por moradia e o surgimento de entidades representativas que deram força ao movimento de luta de favela em todo o Rio, a partir da criação da União do Trabalhadores Favelados (UTF). Outro ponto que vale destacar neste trabalho é que sua apresentação se dá no ano e no ano em que o Borel, a favela da qual sou nascido e criado, completa 100 anos de existência e resistência.

No segundo capítulo, abordaremos os aspectos teóricos que endossam a prática de comunicação comunitária, levantando o debate sobre a diferença entre jornais de bairro da grande imprensa e veículos comunitários. Além disso, no subcapítulo 2.1, vamos falar do papel das rádios comunitárias e dos jornais comunitários e suas contribuições. Na sequência, vamos abordar os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia e a relação com as mídias comunitárias. Isto é, apontar a atuação das mídias comunitárias, no que se refere à produção de uma contranarrativa factual e/ou representativa das favelas com as quais os veículos têm ligação. Como resultado dessa contraposição discursiva, temos a pacificação de favelas do Rio de Janeiro e outros eventos que mobilizaram coletivos de comunicação para barrar discursos já conhecidos e estigmatizantes dos sujeitos e dos espaços de favela.

No terceiro capítulo, abordaremos o surgimento das favelas e, em especial, da favela situada na Tijuca, que o foco deste trabalho. Ainda no terceiro capítulo, falaremos do objeto de estudo deste trabalho, que é o jornal *Folha do Borel* e os desdobramentos de veículos comunitários, como a *Rádio Grande Tijuca* e o jornal *O Morro*. A *Folha do Borel* circulou entre os finais a décadas de 1970 e 1980, no período da ditadura civil-militar que imperava no país. Falar desse jornal é mostrar a importância da imprensa favelada diante de situações de opressão e arbitrariedades.

Como referência bibliográficas, temos o livro *O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*, de Raquel Paiva. E, ainda, a obra de Manoel Gomes, *As lutas do Povo do Borel*

e o livro *Cria da Favela*, de Renata Souza. As metodologias para realização deste trabalho são entrevista semiestruturada, referência bibliográfica e observação-participante.

2. ASPECTOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Para compreender o jornalismo comunitário, é importante discutir os aspectos teóricos que norteiam a prática comunicativa dentro do espaço comum. Em seu artigo “Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil”, Cicília Peruzzo (2003) procura comparar a mídia local com a comunicação comunitária e seus reflexos na sociedade, pois

as mídias comunitárias e local se configuram em duas vertentes, cada uma com suas especificidades, mas que, em alguns casos, se encontram no que diz respeito a conteúdos transmitidos. Porém, a tendência maior é que a mídia local se ocupe de assuntos mais gerais (das vias públicas, tragédias, violência urbana, tráfico de drogas, política local, serviços públicos, problemas da cidade, culinária regional etc.), enquanto os meios comunitários trabalham principalmente com pautas de interesse mais específico de segmentos sociais (assuntos dos bairros, do trabalho, do movimentos sociais, questões de violência, esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos). O primeiro tipo de mídia visa mais a transmissão da informação e o segundo a mobilização social e a educação informal (PERUZZO, 2003, p. 2)

No presente artigo, atendo-me às referências sobre a mídia favelada. Dentro de um território de favela, a importância de veículos de comunicação organizados pelos moradores é sempre acentuada, no que tange às reivindicações para a mobilização social frente às necessidades e problemas. De acordo com Peruzzo, as características que configuram se uma mídia é ou não comunitária são a participação da comunidade na produção de conteúdo, o sentimento de pertencimento, as identidades, os objetivos coletivos acima dos individuais, entre outras. Ela destaca:

- a) Ter como objetivo divulgar assuntos específicos das comunidades, de movimentos coletivos e de segmentos populacionais ou do interesse público, que normalmente não encontram espaço na mídia convencional.
- b) Usar como estratégia a participação direta das pessoas do próprio lugar na programação e em geral também na gestão do veículo de comunicação. O receptor pode se tornar emissor e vice-versa.
- c) Quem produz (cria, fala, redige, edita, transmite etc) as mensagens não é necessariamente um especialista, o profissional de comunicação, mas o cidadão comum.
- d) Ter como força motriz a meta de contribuir para o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania.
- e) Não ter finalidades lucrativas. É autofinanciada, ou recebe doações, além de trabalhar apenas com apoio cultural e não com anúncios publicitários. Há um entendimento de que caso haja excedentes e

econômicos, esses não devam ser apropriados privadamente, mas revertidos para a sustentabilidade e investimentos do próprio meio de comunicação.

f) Os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local, como por exemplo: notícias sobre as atividades de grupos populares organizados, esclarecimentos visando afastar crianças do tráfico de drogas, campanhas contra a discriminação da mulher e das raças, dicas de saúde, informações sobre prevenção de doenças, reivindicações de serviços públicos de uso coletivo e outras informações de utilidade pública.

g) Nas experiências mais avançadas desenvolve-se gestão do tipo coletiva.

h) A propriedade pode ser coletiva, individual ou institucional, mas colocada a serviço da comunidade.

i) Buscar autonomia em relação ao governo e outros grupos de interesse.

j) Ser dirigida a segmentos específicos da população.

l) Ter alcance limitado em termos de cobertura, audiência, número de leitores etc. Porém, há exceções dependendo do potencial técnico de transmissão. Com as mesmas características da mídia comunitária existem outros canais, tais como as rádios educativas e populares na América Latina, cujas transmissões podem adquirir proporções regionais e até nacionais (...) (PERUZZO, 2003, p. 8).

A mídia comunitária vai ao contrário da mídia local, que já tem todo o conteúdo pronto, produzido de forma vertical, segundo Peruzzo. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Rádios comunitárias: ampliando o poder de ação*, João Paulo Malerba (2006) explica que o crescimento de mídias comunitárias em todo o país, ao longo dos anos, se dá, em primeiro lugar, pela necessidade de se comunicar. Outra característica subjacente ao processo de ampliação de veículos comunitários é “um reconhecimento não só da sua situação de opressão, mas das alternativas cidadãs que se apresentam quando se articulam diferentes vozes em torno de reivindicações comuns” (MALERBA, 2006, p. 10). No artigo intitulado *O sequestro da fala comunitária*, de Raquel Paiva e Muniz Sodré (2004), os autores falam da luta para manter as rádios comunitárias ativas diante de perseguições, por meio do conceito de “comunidade gerativa”.

A atuação em veículos comunitários pode ser compreendida como uma forma de funcionamento de uma “comunidade gerativa”, na medida em que se atua em consonância com estrutura comunitária em oposição à societária, onde as relações são prioritariamente contratuais e menos marcadas por vínculos, como os que definem os laços comunitários. Por comunidade gerativa, pretende-se designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos (PAIVA; SODRÉ, 2004, p. 5).

A relação de comum e comunidade, que colabora para explicar as relações entre a comunidade, o que se produz e quem produz a mídia, também é apresentada no livro de Raquel Paiva intitulado *O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo* (2003). A autora compreende a função da comunicação comunitária dentro da comunidade. No caso aqui estudado, comunidade não se refere a um grupo religioso ou social, ou a um bairro, mas, sim, algo mais abrangente, a comunicação comunitária em espaços de favela mais adiante.

Em contraposição ao que se pensava de comunidade como sendo um lugar de extrema harmonia, a autora afirma que

defender essa utopia significa continuar relacionando comunidade com um projeto não experienciado, oposto à prerrogativa dominante de progresso e mundialização, presente desde sempre na história da humanidade (PAIVA, 2003, p. 124).

Neste sentido, compreende que apenas duas possibilidades vislumbram de vivência comunitária.

Na estrutura societária, os indivíduos reconhecem ser diferentes as frequências de acesso aos bens e serviços (regidos ainda pela lógica do capital), mas veem-se como usuários e estão dispostos a ordenar o sistema. E, uma vez que estabelecem vínculos a partir de interesses comuns, a proposta da estrutura comunitária representa uma saída para o atomismo social (Ibidem, p. 127).

Paiva complementa a ideia de comunidade como sendo o local em que “vigoram o caráter cooperativo e a representatividade, propiciando seu entendimento como ação organizada de indivíduos que possuem ou estão sob condições comuns” (Ibidem p. 136). Ela diz, ainda, que

quanto mais a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade for estreita, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção e, proporcionalmente, maiores serão sua representatividade e reconhecimento como veículo comunitário (Ibidem, p. 137).

Neste sentido, produzir um discurso próprio, com lado, é o que faz diferença entre os meios comunitários e as grandes corporações midiáticas, visto que o diálogo com a comunidade é mais próximo e mais atento. Outro ponto destacado por Paiva é que os

veículos comunitários não obedecem, apenas, à função de prestador de serviço, mas à proposta social a que se dedicam.

2.1. O papel das rádios comunitárias e dos jornais de bairro

É fato que os cadernos de bairro de jornais da grande imprensa são uma maneira de a mídia hegemônica se aproximar dos leitores, buscar pautas que interessem ao micro, dando atenção às demandas locais. No jornalismo comunitário, como já citado por Peruzzo (2009) neste trabalho, esta prática de comunicação não visa o lucro, mas a participação integral dos moradores na construção do veículo comunitário. Em contrapartida, os cadernos de bairro, ainda que tenham alguma ação em benefício da comunidade, por meio de denúncias e pautando as demandas, visa o lucro, pois o interesse da mídia a que representa está nos pequenos anunciantes, que não conseguem veicular um anúncio em um jornal de grande circulação por ser um valor exorbitante, como sinaliza Beatriz Dornelles, em seu artigo *O local em destaque: jornais de bairro x cadernos de bairro*:

Com o propósito expansionista, oficialmente assim declarado, esses veículos aumentam sua participação no mercado publicitário, buscando acompanhar o crescimento urbano das grandes cidades, abandonando valores que marcaram o início de sua própria existência como jornal local (DORNELLES, 2012, p. 6)

A autora ainda critica o fato de o conteúdo retratado no jornal de bairro não ser aprofundado, mas quando tem potencial para ser maximizado em escala regional ou até nacional

apenas recebe voz quando o que esse outro local tem a dizer convém e atende aos interesses dos veículos e às leis do mercado jornalístico. Ou seja, assim como Borges (2005), entendemos que a aposta dos grandes jornais atende, principalmente, entre outros motivos, a interesses mercadológicos, onde a meta é conquistar a verba proveniente de anunciantes de cada local, pois os pequenos e médios anunciantes de bairros não têm como pagar os altos preços cobrados para expor seus negócios nas páginas dos veículos de grande circulação (Ibidem, p. 7).

Decerto que as comunidades ou bairros sobre os quais os jornais locais se debruçam podem aproveitar da representação de um veículo de grande para levantar debates importantes e, no caso de demandas por infraestrutura, por uma escola, por sinalização na rua, pressionar o poder público a agir, tendo em vista que uma história conhecida apenas no bairro não tem o mesmo efeito quando passa a ser conhecida na cidade, no estado ou no país. Um exemplo de jornal caderno de bairro é do jornal carioca *O Globo*, que tem caderno de diversos bairro, como Tijuca, Méier, Barra da Tijuca, Ipanema, Copacabana, entre outros. Portanto, as mídias comunitárias obedecem aos interesses da comunidade, se distinguindo dos cadernos de bairro, focando na mobilização social e popular frente às demandas coletivas.

O sociólogo mexicano Martín-Barbero afirma que a importância desses veículos para as comunidades é “a possibilidade não de serem representadas, mas de serem reconhecidas: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos” (MARTÍN-BARBERO apud MALERBA, 2006). Além disso, em se tratando de veículos como rádios comunitárias, há características que facilitam a produção, como “relativo baixo custo de implantação e manutenção, a simplicidade no manejo e a universalidade do acesso” (Ibidem, p. 10).

É sabido que os objetivos coletivos, por assim dizer, como uma construção político-ideológica das emissoras de rádio comunitária estão estritamente ligados à promoção de uma mobilização pelas demandas e interesses de cada comunidade.

Se num primeiro momento, a reivindicação era por um marco legal que regulasse seu funcionamento, hoje em dia a busca e pela adequação das leis conquistadas à realidade dessas emissoras (Ibidem, p. 11).

O autor discorre sobre a situação das rádios na América Latina, comparando a atuação do governo frente ao combate ao direito de se comunicar, sob o espectro político e econômico, aos quais subjazem os interesses das grandes corporações midiáticas.

Malerba (2006) se propõe a discutir aspectos identitários, com base em outros autores, sobre como a identidade e a subjetividade constituem uma comunicação comunitária, de fato, comum aos membros das comunidades representadas nas diversas emissoras espalhadas pela América Latina. O autor do trabalho analisa que a globalização tem seus contrapontos, que se concentram em valorização da produção cultural de grandes regiões em que o desenvolvimento econômico é maior, ela colabora, também para que o

mercado interfira na vida das pessoas, suas subjetividades e identidades são afetadas pelo lucro proposto neste processo de globalização. Em contrapartida, as mídias comunitárias teriam grande força para minimizar os impactos deste avanço, podendo promover uma troca saudável de subjetividades, por serem capazes de oferecer, de acordo com o pesquisador Mohammed ElHajji (2005), em seu artigo intitulado *Comunicação intercultural: apontamentos analíticos*, “um discurso reflexivo, organizado, aberto e público sobre o próprio grupo, sobre os Outros e sobre o mundo” (ELHAJJI, 2005, p. 7).

Outro aspecto importante que vale ressaltar, aqui, é o poder de mobilização que as mídias comunitárias possuem. De fato, a necessidade de potencializar as vozes inaudíveis nos grandes veículos de comunicação, seja uma rádio comunitária em uma favela ou numa comunidade quilombola, faz com que as mobilizações feitas pelos veículos comunitários para os interesses comuns de cada grupo, tornando, assim, o sentimento de cidadania para a população local.

É possível apontar caminhos pelos quais percorre a comunicação comunitária, sendo um recorte para as experiências comunicacionais na América Latina. Nesse contexto, a Igreja Católica foi uma das primeiras a criar uma emissora radiofônica, com o objetivo de evangelização e para fins educativos. Como de praxe, o objetivo era promover a conscientização política e cidadã dos indivíduos, assim como as rádios mineiras bolivianas. No outro lado do globo, na Europa, as rádios comunitárias, de acordo com o autor, estavam sempre a serviço da população, com diferentes rádios para diferentes demandas e manifestações sociais, de garantia de direitos e reivindicações políticas.

No entanto, no Brasil, é difícil fazer rádio comunitária, já que a legislação é dura com quem se propõe a usar desse meio de comunicação como mecanismo de mobilização cidadã.

O movimento de rádios comunitárias reivindica uma legislação mais inclusiva e coerente com a realidade cotidiana das comunidades, além de um sistema de concessão mais transparente e desburocratizado. Já o movimento de rádios livres não reconhece o Estado como proprietário legítimo do espaço eletromagnético e defende controle estatal mínimo na distribuição dos canais” (MALERBA, 2006, p. 28).

Ainda assim, houve um movimento de expansão de rádios comunitárias nos anos 90. Por outro lado, não é de hoje que a perseguição às rádios comunitárias ocorre e o Brasil ainda é um dos países que mais dificultam a regulamentação de rádios comunitárias. Segundo o autor, o país era o único que ainda não tinha uma legislação para rádios de baixa potência.

A ausência de uma regulamentação específica fez com que os veículos estivessem submetidos a uma legislação datada da época da ditadura civil-militar, que permite a radiodifusão por concessão, autorização ou permissão do Estado.

Em agosto de 1985, por exemplo, o então Ministro das Comunicações e também dono de um império de meios de comunicações na Bahia, Antônio Carlos Magalhães, baixou a portaria n.o 223 que determinava “ao Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL [hoje, ANATEL] intensa vigilância e absoluto rigor no combate a serviços de telecomunicações clandestinos, *especialmente os de radiodifusão, adotando medidas legais que impeçam a sua continuidade*, adotando medidas legais que impeçam a continuidade (grifo do autor)” (MACHADO *et al*, apud MALERBA, 2006).

Malerba (2006) afirma que, em razão dessa medida, as rádios livres e comunitárias eram perseguidas pelo aparelho repressor do Estado. Por outro lado, a expansão desses veículos começou a preocupar conglomerados midiáticos, que trabalham até hoje pela disputa de narrativas comunicacionais, a fim de deslegitimar a produção de conteúdo independente que são as rádios comunitárias. Nesse sentido, há aspectos legislativos que contribuem, ainda hoje, para este cenário de perseguição a quem luta pelo direito de se comunicar, sempre tornando à discussão sobre a importância da democratização da comunicação, que ainda enfrenta grandes barreiras para se chegar a um resultado que favoreça as iniciativas comunicacionais comunitárias. Em suma, intensificou-se a caçada aos veículos de comunicação comunitárias por interesse notadamente políticos e midiáticos de calar as vozes que ecoam por meio desses veículos, uma vez que a não representatividade e espaço são características presentes nessa batalha pela democratização da comunicação.

Neste contexto, travou-se mais uma batalha para definir qual veículo de comunicação é comunitário e qual não é, tendo em vista os diversos fins para cada veículo. Malerba (2006) faz comparativos sobre a situação das rádios, como o número de emissoras outorgadas e as que ainda não receberam a outorga. De 1998 a 2006, 2.439 rádios com o documento que permite um funcionamento sem risco e mais de 15 mil ainda em atividade no país; muitas delas esperando a outorga. Vale ressaltar que este número pode estar desatualizado, dado o tempo que já passou e a dificuldade em obter informações por parte do Ministério das Comunicações.

De acordo com o autor, mais de 10 mil pessoas foram indiciadas e mais de 3 mil emissoras de rádio foram condenadas por prática de comunicação comunitária. E, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mais de 2.000 rádios comunitárias foram fechadas.

De fato, a legislação sobre comunicação comunitária precisa ser urgentemente pensada, a fim de garantir o direito constitucional à liberdade de expressão. No que se refere às limitações do fazer rádio comunitárias, o alcance das emissoras comunitárias pode atingir apenas 25 watts, com antena na altura máxima de 30 metros. Até hoje, boa parte das legislações que se proponham a facilitar o fazer rádio comunitária é rejeitada no Congresso, uma vez que muitos integrantes de conglomerados de mídia hegemônica estão presentes em casas legislativas do país e não só em Brasília. Essas limitações não contribuem, de fato, para uma comunicação que abarque as necessidades de cada população em específico, como uma comunidade indígena que tem tribos mais distantes daquele alcance imposto por lei. E isso acarreta na ineficiência de realização dos objetivos de uma rádio comunitária, segundo Malerba (2006).

Outro aspecto que vale ressaltar é a proibição de publicidade, o que pode ocasionar uma dificuldade de sustentabilidade dessas emissoras. Para rádios comunitárias, é permitido, apenas, o apoio cultural. O pesquisador observa que, pela ausência de recursos, muitas rádios se veem obrigadas a aceitar “apoios” de políticos, o que faz a rádio estar refém a interesses políticos de quem financia, descaracterizando o veículo como comunitário. Mas, para não fechar, segundo o texto, muitas rádios burlam a legislação e veiculam anúncios comerciais locais, o que é bastante perigoso para os integrantes da rádio e para os anunciantes. Em suma, é complicado uma rádio comunitária ter sustentabilidade sem anúncio, o que traz a necessidade de se repensar o mais rápido possível.

Na tentativa de driblar as limitações impostas pelo governo, as rádios comunitárias passaram a utilizar as tecnologias. O advento da internet, por exemplo, possibilitou a troca de informações entre rádios no país, além de promover o fortalecimento político (apartidário, mais uma vez) da região.

2.2. A contra-hegemonia das mídias comunitárias

Vale destacar que os veículos de comunicação comunitária são, por si só, instrumentos contra narrativos da grande imprensa. Ou seja, a veiculação de determinada informação pode não refletir o que, de fato, é a totalidade da situação. Vejamos o caso do jornal *Voz das Comunidades*, que, em 2010, narrou a invasão policial. Do outro lado, a Rede Globo fazia o mesmo, mas em uma cobertura ininterrupta das ações policiais, de forma cinematográfica. O jornal ganhou grande destaque na imprensa internacional, também, por ser uma voz dos moradores, trazendo relatos e informações sobre como se dava aquela megaoperação.

O conceito de hegemonia defendido por Antônio Gramsci foi sintetizado por Raquel Paiva:

o conceito de hegemonia de Gramsci, dentre os vários esquemas teóricos marxistas, ainda permanece atual para uma análise do sistema político, econômico, social e midiático atual. Hegemonia é um termo militar de origem grega, derivado de egestai, que significa conduzir, guiar, liderar, ou do verbo eghemoneuo do qual deriva estar à frente, comandar, ser o senhor. Por hegemonia, o antigo grego entendia a direção do exército. Hegemônico era o chefe militar, o comandante do exército ou a supremacia de uma cidade frente às demais. A ideia de hegemonia chega aos nossos dias com o sentido de dominação por consentimento. Para o pensador italiano Antônio Gramsci, a ideia de hegemonia vai além do aspecto político, englobando também o cultural, ideológico e moral. Na ótica gramsciana, coexistem outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e a economia para a produção de um pensamento determinante e dominante (PAIVA apud GÓES, 2006, p. 2).

Dentro desse contexto, analisar as mídias comunitárias como elementos em disputa de poder em face da mídia local traz a discussão para o nível das contrapartidas narrativas de ambos os lados, já que, ainda que a grande imprensa seja o vetor que difunde informação e causa impacto na opinião pública, os veículos comunitários estão em espaços onde a imprensa não tem alcance. O cenário hoje, é claro, é diferente de anos atrás, uma vez que o ciberespaço se tornou uma grande ferramenta dessa disputa, como aponta o pesquisador Laércio Góes, em seu artigo intitulado *A mídia alternativa dos movimentos sociais na web*.

Na web, os movimentos sociais têm voz através da mídia alternativa. Com a crença de que os meios de comunicação tradicionais e hegemônicos contribuem para o recrudescimento dos problemas sociais causados pela

globalização, difundindo e defendendo as ideias neoliberais e o discurso da inevitabilidade do fenômeno, várias formas de mídia alternativa surgiram no ciberespaço, algumas seguindo o modelo das agências de notícias e inspiradas pelos movimentos antiglobalização, como o Fórum Social Mundial. Assim, os movimentos sociais se articulam, apesar de suas diversidades e dispersão pelo planeta, com o objetivo comum de lutar ou defender valores considerados universais, como os direitos humanos e a justiça social (GOES, 2006, p. 7).

De fato, o espaço virtual colaborou para uma pluralidade discursiva jamais antes vista. Se antes, um veículo de comunicação da grande imprensa pautava a sociedade e as discussões, hoje, o cenário é diferente, já que o que sai das redes sociais, em parte expressiva, passa a pautar a grande imprensa. Neste sentido, páginas de bairros, por exemplo, ganharam força, já que se tornaram vozes dos problemas diários daquela comunidade sobre a qual o conteúdo produzido é direcionado.

Levando o conceito de contra-hegemonia abordado acima, podemos citar a força do jornal do Complexo do Alemão na luta por uma narrativa justa e minimamente não criminalizante, como de praxe exercida pelos veículos tradicionais quando o assunto é favela. Rene Silva, criador do Voz das Comunidade decidiu fundar o jornal na tentativa de mostrar para além da violência cotidiana praticada pela ausência do Estado, mas que atua, em larga escala, na figura da instituição Polícia Militar. O objetivo do jornal era mostrar o que tem de na favela, como é ser morador, era denunciar os problemas da comunidade. Um veículo feito por cinco adolescentes em 2005, porém, com uma força comunicacional sem tamanho, que anos mais tarde, ficou internacionalmente reconhecido.

Portanto, a papel da comunicação contra-hegemônica dá conta da semântica do substantivo: o lugar de se opor às grandes corporações e conglomerados de mídia, que têm uma narrativa pronta, com conteúdo já estabelecido e que não reflete, muitas vezes, a composição plural da sociedade, seja na produção de conteúdo ou de seus representantes. Em seu artigo *O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: desafios e perspectivas*, Leonardo Demarchi analisa a questão da democratização da mídia, a partir do uso da internet como ferramenta de contraposição de grupos e coletivos de comunicação independentes.

A presença desse sistema concentrado e sem regulação por parte do Estado teve como consequência o aparecimento, no âmbito da sociedade civil, de questionamentos à lógica financeirizante dos mercados. Como efeito, o ecossistema descentralizado e interativo da internet passou a ser utilizado por grupos ativistas, coletivos e agências de notícias independentes, cuja

atuação tem sido marcada pela veiculação de ideias contra-hegemônicas (DEMARCHI, 2017, p. 3).

3. FOLHA DO BOREL: O PRIMEIRO JORNAL DA FAVELA

Ates de falarmos do objeto de estudo deste capítulo, é importante lembrarmos da história das favelas no Rio de Janeiro. Favela sempre foi símbolo de resistência. Uma busca por fontes para descobrir a origem das favelas permite observar que existem muitas versões para o surgimento delas na cidade do Rio de Janeiro e, entre elas, atendo-me às que supõem que a primeira favela teve sua origem após a Lei do Ventre Livre, em 1871, que “libertou” centenas de milhares de escravizados africanos, que vinham ao Rio de Janeiro em busca de trabalho, assim como os soldados que chegaram da Guerra de Canudos, que durou de 1896 a 1897, na Bahia, que tinham uma promessa do governo de receber uma casa, o que não ocorreu. Neste contexto de desemprego e sem moradia, as pessoas subiram os morros e se organizaram na primeira favela do país: o Morro da Favela, que faz referência a uma planta usada na região de Canudos e que deu lugar ao Morro da Providência logo depois¹. Conforme Lícia do Prado Valladares, em seu artigo *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*,

a favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a ser perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior. Resulta ainda de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes. (VALLADARES, 1978, p. 44)

A primeira favela marca também o início de uma resistência percebida em outros momentos históricos, como o “Bota Abaixo”, do antigo prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Franco Pereira Passos, em 1910. Depoimentos de Carlos Lacerda, reunidos no livro *Depoimentos*, mostram que o ex-governador do estado da Guanabara na década de 1960 assume a importância de remover as favelas em favor da especulação imobiliária:

Tivemos que remover algumas favelas. Removemos até algumas que existiam em terrenos muito valorizados, onde fazer casinhas populares representava um tamanho desperdício que seria um crime contra o pobre. Porque você está diminuindo a receita do Estado em impostos se fizer pseudobairros populares na zona mais valorizada da cidade; estará, portanto, diminuindo a capacidade que o governo tem de fazer coisas,

¹Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acesso em 05 jan. 2021.

inclusive, em benefício do próprio pobre. (LACERDA apud SILVA, 2014, p.9)

O projeto do governo era de finalidade higienista, uma vez que ambos os governos de Pereira Passos e de Carlos Lacerda, embora em períodos distintos, queriam trazer a modernidade espelhada em Paris, a fim de promover um longo processo de gentrificação, que, anos mais tarde, seria atualizado pelo ex-prefeito do Rio, Eduardo Paes, com as sucessivas remoções de favelas (com o discurso de que eram consideradas “áreas de risco”) durante os megaeventos que ocorreram na cidade. Como resultado, muitas favelas perderam suas identidades e histórias para o poder do capital.

Em seu livro *Cria da Favela* (2018), Renata Souza afirma que o termo *favela* tem um caráter político, que propõe uma ressignificação e apropriação de resistência por parte da população local. Se antes o termo possuía uma carga semântica negativa, hoje, a perspectiva é outra. “Reivindicar-se favelado faz parte da luta pelo direito à vida. Isso porque todo preconceito sobre a favela se reverte em política pública de segurança que não preconiza a preservação da vida das pessoas” (SOUZA, 2018, p. 15).

É possível observar que o processo de “pacificação” de favelas se intensificou nos anos que antecederam os megaeventos que aconteceram no Rio, nos anos de 2012 (Rio+20), 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Olimpíadas). Nesse processo, o complexo de favelas da Maré passou por um período de segregação espacial, uma vez que o governo colocou barreiras acústicas ao longo da Linha Vermelha (via expressa que liga boa parte da cidade até o Aeroporto Internacional do Galeão). Ainda dentro deste contexto, havia uma especulação por parte de nós, moradores das favelas ‘pacificadas’, sobre algumas questões, como o problema da moradia numa região em que boa parte dos imóveis não está oficialmente registrada. Muitos moradores sofreram com o processo de gentrificação; quando não, com as remoções perpetradas pelo prefeito Eduardo Paes. Com a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora, foi possível notar um aumento no preço dos aluguéis, de produtos vendidos em comércios locais e serviços, que antes não chegavam na favela, mas, com a UPP, passaram a entrar e ser oferecidos, como TVs por assinatura, plano funeral e, até mesmo, cartões de crédito, entre outros.

Em seu livro *Operação Rio - O mito das classes perigosas*, Cecília Coimbra (2001), historiadora e fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais, aponta o perfil de quem pode apresentar um determinado perigo à sociedade.

Para as subjetividades hegemônicas produzidas ao longo dos três últimos séculos e, em especial, desde princípios dos novecentos, pobreza é identificada com “classes perigosas”; para o modo capitalista de produção, ela recebe a “pecha de fardo social- corpos inúteis para o trabalho a pesar nas costas de toda sociedade (COIMBRA, C, 2001, p. 106).

Produz-se o cerceamento dos corpos favelados como política pública: o negro e pobre são sempre o alvo.

Não mais os atos praticados, mas aqueles que poderão vir a ser efetuados, dependendo da "alma" do sujeito: se ex-escravo, negro, mulato, migrante, pobre. Inaugura-se a era da periculosidade, dentro da qual determinados segmentos, por força de sua "alma", sua essência, sua natureza deverão ser constantemente vigiados, disciplinados, normatizados. Entramos, segundo Foucault, nas sociedades disciplinares, onde as instituições exercerão tal vigilância, produzindo corpos dóceis, adestrando não só o físico, mas fundamentalmente os espíritos (COIMBRA, 2001, p. 218)

Neste caso, seria preciso enclausurar a favela dentro da favela, porque, afinal, nem só como classe perigosa será visto o favelado, mas, também, como consumidor, cliente, numa dura face do capitalismo e do racismo estrutural.

O projeto de segurança pública do ex-governador Sérgio Cabral para os megaeventos sofreu, desde o início, duras críticas de moradores e lideranças comunitárias destes territórios militarizados e, até mesmo, de quem pesquisava a temática da segurança pública no Rio. O que não se sabia era quem da favela seria beneficiado com uma política armamentista, de confrontos mais diretos com a comunidade, que rechaçava um projeto político de bem-estar e que não preconizava, efetivamente, o diálogo e as demandas da favela, mas fazia da comunidade um palco para muitas cenas de tiroteio, violações de direitos humanos a toques de recolher, por exemplo.

Durante os preparativos para os megaeventos que passaram pela cidade, o Governo Federal, a pedido do Estadual, decretou o envio de forças militares para o estado, na tentativa de frear os altos índices de violência na capital. Mais uma vez, não houve o efeito esperado; pelo contrário, fez-se um investimento alto, mas as taxas de criminalidade no estado não se reduziram consideravelmente, como se esperava com a medida. Com gastos acima de R\$ 300 milhões, a Intervenção Federal não deu conta de contornar os problemas de segurança pública no estado². Segundo o relatório do Observatório da Intervenção, de fevereiro a

² Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/03/gabinete-de-intervencao-federal-usou-30-do-orcamento-de-r-12-bilhao.ghtml>. Acesso em 09 jan. 2021

dezembro de 2018, os tiroteios aumentaram 56%, em relação ao mesmo período de 2017; os casos de autos de resistência também aumentaram, chegando a 36%. Os homicídios dolosos e roubos de carga tiveram uma redução, mas nada muito expressivo³.

Aqui, vamos relembrar a história de do Borel, que começa em março de 1921. 100 anos depois, esta favela, que é um dos nomes mais citados neste trabalho, completa seu centenário. A origem desse espaço de resistência e exemplo de luta e mobilização política é narrado pelo escritor Manoel Gomes, um antigo morador da favela, que trouxe a história desse lugar em seu livro *As lutas do povo do Borel*, de 1981. Esta primorosa e histórica obra marca o registro de uma união de moradores contra a política de remoções impetrada pelos donos das terras borelenses, de portugueses exploradores da mão de obra favelada e do que se produzia naquela terra vasta. O autor era um dos moradores que lutaram contra as políticas de remoções unilaterais

De acordo com o autor, em 1921, a extensão do que é hoje o morro do Borel pertencia a um grileiro, chamado Manoel Isidério, que alugava terrenos para construção de barracos de pau-a-pique ou madeira com cobertura de zinco para pessoas que trabalhavam na região. Os moradores, que mal podiam comer, tinham de pagar pelos barracos que habitavam.

Ele narra que, no dia 7 de setembro de 1921, chegavam centenas de milhares de pessoas, de todos os cantos do Brasil, para a celebração do Dia da Independência. O afluxo de pessoas era intenso, já que vinham em busca de trabalho na capital do país à época (GOMES, M. p. 6, 1986). E esta incontável quantidade de gente que vinha ao Rio fez com que o português, “dono” das terras do Borel, despertasse para o novo negócio à base da exploração dos pobres e favelados que ali residiam. Vejamos um fragmento do livro abaixo.

“Isidério, que não era nenhum “panaca”, aproveitando-se desta circunstância, descobriu as terras vagas do Morro do Borel, comprou ferramentas, escolheu uma área mais plana fronteira à Rua São Miguel, derrubou o matagal aproveitou a madeira, fez alguma casa de sapo e foi alugando e vendendo aos mais acomodados, que podiam com suas próprias mãos fazer, mas não queriam ter trabalho em construí-las. Assim tornou-se o dono absoluto das terras abandonadas do morro, que se estendiam até a virada do Andaraí” (GOMES, 1981, p. 7).

De acordo com a obra, não havia como comprovar que as terras eram do grileiro, já que não existia sequer uma escritura. Como ele não permitia a construção de casa de

³ Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhykOpA/view>. Acesso em 13 jan. 2021

alvenaria por não ser o dono oficial da vasta terra, os moradores trabalhadores eram subjugados às vontades do grileiro ilegal. Nada passava sem a permissão de Isidério, nem mesmo a entrada de novos moradores aos barracos.

Dez anos mais tarde, em 1931, toda a vasta região do Borel passou para as mãos de Dona Hortência, que o autor não traz muitas informações sobre ela, como quem era ela. De forma ilegal, já que nem Isidério tinha a posse documentada das terras borelenses, passou a tomar conta de tudo o que acontecia. Eles eram o que chamamos em favela atualmente como “donos do morro”; em outras palavras, são os homens do tráfico responsáveis por cuidar e colocar tudo em ordem em favelas do Rio. Não há muita diferença entre Isidério, Dona Hortência e a milícia. Nas configurações da época em que ela atuava com seus capangas no controle de quem podia ou não construir barracos, a cobrança dos aluguéis e a expulsões, vemos com clareza o poder paralelo que temos na cidade do Rio de Janeiro, que são os grupos paramilitares.

Como um meganegócio, Dona Hortência, segundo o livro, fazia o controle dos aluguéis, mas não conseguiu deter a revolta que se instalou entre os favelados indignados. Hoje, com o poderio bélico e de extermínio da milícia, a possibilidade de se rebelar contra as imposições desse sistema não se sustentaria. No caso do Borel, a revolta, logicamente, tinha relação com a forma como os moradores eram tratados por ela, que se tornava cada vez mais incisiva na expulsão de quem se desvirtuasse das ordens da grileira. Cinco anos depois, quando não conseguia mais controlar o morro, segundo o livro, Dona Hortência passou as terras, de forma ilegal, assim como recebeu, entregou o morro a dois portugueses, chamados Daniel e Pacheco, que assumiram o morro até a insurreição favelada.

A obra primorosa de Manoel Gomes traz a realidade do Rio de Janeiro, em um primeiro momento, como o lugar onde havia muitas oportunidades de trabalho, mas, que, devido à crise econômica na Europa e Estados Unidos por terem participado da 1ª Guerra Mundial, de acordo com os registros do autor, houve um forte impacto na oferta de trabalho. O efeito foi sentido no mercado de trabalho, quando foram sumindo as oportunidades de emprego. Sobrava mão de obra, porém, havia pouca oferta de trabalho.

O registro de Manoel Gomes dá conta de uma das versões sobre o surgimento das favelas, que ocorreu com o retorno dos combatentes da Guerra de Canudos. O autor afirma que o espalhamento de pessoas em busca de moradia se deu não só nas favelas, mas nas regiões periféricas, como Baixada Fluminense. Pode-se questionar a política de habitação para pessoas pobres e moradoras de favela, que lutam, até hoje, por um lugar para morar.

O surgimento de uma imobiliária, a Borel Meuron Ltda., fez com que mais uma batalha pela moradia desse início, em meados de 1945. Diversos alertas de despejo ou de demolição foram emitidos em favor da classe média - e é assim em boa parte das ações do poder público com as favelas. No entanto, as centenas de tentativas de desfazer a história da favela centenária não prosperaram, uma vez que moradores indignados e revoltados com todo o movimento antifavela se posicionaram.

E é neste cenário de inconformidade com a política genocida e gentrificadora que entra a atuação de Antoine Margarinos Torres Filho, um advogado que morava na região da Usina, próximo ao Borel, que se juntou aos moradores para enfrentar os tratores de forma honrosa. Vale mencionar que a contribuição de Margarinos é singular, no que se refere às instruções jurídicas e políticas que realizou para que o Morro do Borel fosse o que é hoje.

A impressão que Izequiel concebera no primeiro encontro com Dr. Margarinos fora ótima. Ele era de estatura mediana, tez branca, olhos azuis, testa longa, nariz saliente fino e comprido, queixo comprido, boca regular coberta por um bigode bem tratado, a barba longa e ruiva da cor dos cabelos semi-alourados (GOMES, 1980, p. 16)

O escritor narra que o advogado recebia os favelados a qualquer hora em sua casa confortável e que sua esposa sempre lhes oferecia um cafezinho. Fizeram centenas de reuniões para ter forças de entrar com ações na justiça contra as remoções sofridas na favela. Para conseguir mobilizar o maior número de moradores possível, Jorge Neto, um falecido comunicador, fazia os anúncios usando um amplificador. Ele é uma peça chave no processo de comunicação comunitária, do qual o Borel tem história para contar e que falaremos mais adiante.

Para dar força aos moradores, foi criada a primeira associação de moradores de favelas do Brasil, em 1954. A União dos Trabalhadores Favelados (UTF) foi o mecanismo encontrado para lutar por moradia e pelo direito de existir, como conta Manoel Gomes em sua obra. Segundo o autor, a decisão de criar uma associação trazia peso às ações coletivas da favela, mas também medo aos moradores, que não tinham certeza do que estava por vir.

O surgimento da UTF demonstra o sentimento de pertencimento da favela e, mais que isso, que a autogestão da favela não é uma atividade nova de moradores, mas está na essência da resistência favelada.

Neste contexto, para continuar sendo membro da UTF, de acordo com o livro que resgata a memória do Borel, os moradores precisavam obedecer a algumas exigências, como:

Manter-se organizado dentro da associação local;
Estender a união dos favelados em todo âmbito territorial do Rio de Janeiro, onde quer que haja favela;
Que seja criado um órgão central que controle todas elas, como os elos de uma concorrente para acorrentar a sanha dos grileiros nas suas incontidas investidas contra os trabalhadores favelados, como tem sido até então (GOMES, 1981, p. 24)

Como sinalizado pelo autor, vemos que fazia parte do objetivo daquela luta local sair das vastas terras do Borel e atingir outras favelas espalhadas pelo estado do Rio de Janeiro que estivessem sofrendo ameaças de despejos, para que, em coletivo, tivessem mais força. Um movimento parecido, no que se refere às insurgências contra as arbitrariedades do Estado ocorreu no Borel, em 5 de dezembro de 2012, quando a favela já era ocupada pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), após um toque de recolher imposto por policiais militares. Era por volta de 21h30h de uma quarta-feira antecedente ao dia da manifestação. Saio para fora e vejo os comércios locais fechando as portas. Um lance de escadas acima da minha casa e fui questionar ao Marquinho - um comerciante do morro - sobre o que estava acontecendo e ele disse que a polícia havia mandado fechar as portas, numa espécie de toque de recolher.

Lembro-me que rapidamente entrei em contato com Mônica Francisco e Cláudia Sabino - conhecida como Dão - e conversamos sobre o fato. Estarrecidos com a imposição de regras da polícia, começamos a costurar via grupo de *Facebook*, que na quarta-feira seguinte seria chamado de Ocupa Borel, uma manifestação cultural e artística contra o abuso da polícia na favela. O evento tomou força e ocorreu simultaneamente no Complexo do Alemão, com o Ocupa Alemão. Ambas as favelas estavam insatisfeitas com a forma que a polícia estava tratando os moradores que já estavam ali bem antes de eles chegarem.

Na mobilização que fizemos pelas redes sociais, pedimos aos moradores que ligassem as luzes de casa e, assim, o fizeram. Durante a manifestação, que teve como ponto de concentração a Rua São Miguel, subimos a rua principal do morro, acompanhados da imprensa local - da qual eu fazia parte por meio da Rádio Grande Tijuca, uma rádio comunitária que abordaremos mais adiante - e de alguns veículos de grande circulação. Como eu fiquei responsável pelo contato com a imprensa, a expectativa era ter boa parte dos veículos cobrindo o caso, mas a morte do arquiteto Oscar Niemeyer fez as redações direcionarem seus repórteres a cobrir o óbito.

Por fim, chegamos ao Terreirão, que é uma localidade no interior do Borel e lá fizemos uma parada e abrimos para falas de representantes de movimentos de favela e direitos humanos, que se juntaram à ação. Após esse momento, nos dispersamos cada um para suas casas.

Em um contexto totalmente diferente do relatado por Gomes (1981), a temporalidade não deu conta de mudanças de lutas ao passar dos tempos, uma vez que a população era menor do que o Borel tem hoje. Antes, a luta por direitos era quase que inglória, mas a chegada de outras ferramentas no dia a dia do mundo, como a internet, fez com que a pauta das favelas tomasse espaço mais abrangente no debate público, tornando o que acontece localmente seja amplificado pelas gravações de vídeo de telefones móveis, por uma página do *Facebook* que pode servir como jornal, entre outras ações. Em *O mito da Marginalidade*, Janice Perlman estuda a questão das favelas no Rio e traz a força de resistência desse povo.

De acordo com esta linha de raciocínio, os favelados aprendem que também eles são capazes de influenciar a política, se agirem vigorosamente, em união no sentido de mudança radical. Ali se aprendem que existem países cujos governos pregam o poder do proletariado. Teme-se, por exemplo, que os exemplos da China e de Cuba tornem-se conhecidos do favelado graças à ampliação de seu círculo de contatos e do uso dos meios de comunicação de massa. (PERLMAN, 1977, p. 161)

Para se ter uma ideia, de acordo com dados do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (Sabren), um sistema de monitoramento de favelas do Instituto Pereira Passos, o Morro do Borel tem a população de 7.547 moradores, com 2.165 domicílios. Vale ressaltar que esse número tende a ser maior hoje, uma vez que os dados são baseados no Censo do IBGE de 2010⁴.

3.1. A origem da Folha do Borel

Como objeto de estudo, vamos analisar o jornal *Folha do Borel*, um importante veículo para a favela. Abaixo, uma figura com a capa do jornal de 1981, que traz, inclusive, um box com indicação para leitura do livro *As lutas do povo do Borel*, de Manoel Gomes.

⁴ O site do Sistema de Assentamento de Baixa Renda é um sistema que reúne dados baseados no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Para saber mais detalhes do Borel, acesse o link: <https://www.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>. Acesso em 09 mar. 2021.

Figura 1: Capa da *Folha do Borel* de 1981



Fonte: *Folha do Borel*

O jornal *Folha do Borel* nasceu em 1977. Foi nesse período que o Brasil vivenciou a ditadura civil militar, de 1964 a 1985. O veículo comunitário foi uma ferramenta indispensável na luta contra as atrocidades cometidas pelo regime e pela garantia de direitos dos moradores da favela. Parte dos integrantes do jornal já faleceu, porém, pôde-se entrevistar uma figura de extrema relevância para a história da comunicação comunitária do Borel: Miramar Pereira Castilho. Ele é um senhor de 68 anos, que mora no morro há mais de 50 anos e comunicador popular há mais de 30.

Com o objetivo de resgatar a história desse veículo comunitário, conversou-se com Miramar por quase três horas. O morador contou um pouco da vida e de sua trajetória na comunicação comunitária, sua participação no jornal e sua continuidade na rádio. No entanto, vamos nos ater ao relato sobre a história da comunicação comunitária como instrumento de resistência e sua participação no jornal *Folha do Borel*. Outra entrevistada para este trabalho foi Rute Barros, moradora e responsável que conduziu, por muitos anos, o projeto Condutores de Memória, que tem o objetivo de manter viva a memória do Morro do Borel.

Houve uma consulta entre os moradores para dar um nome ao que seria uma das mais importantes ferramentas de comunicação da favela. Em uma reunião com todos os colaboradores e, por voto, o nome *Folha do Borel* foi escolhido entre muitos outros que nossa entrevistada diz não se lembrar. A primeira edição, como conta Rute, saiu em agosto de 1978, mas só em setembro que o nome do jornal foi impresso. O veículo funcionou por dez anos, quando no ano de 1988 chegou ao fim.

Fazer comunicação comunitária é uma tarefa desafiadora, levando em consideração que é preciso ter atenção em diversos pontos, como a falta de recursos para dar suporte às atividades em lugares empobrecidos e sem a presença do Estado. Para sustentar a impressão do boletim, os integrantes do jornal pediam a colaboração dos comerciantes locais, que colaboravam, segundo o relato de Rute. Além deles, a igreja católica no morro fazia a impressão. Vale citar que faz parte tradição favelada, a partir do objetivo comum, se mobilizar em uma ação popular em favor dos direitos dos favelados. Na página a seguir, os integrantes do jornal já sinalizavam que o problema de sustentabilidade era uma realidade do veículo comunitário.

Figura 2: Editorial do jornal comunitário do Borel



Fonte: *Folha do Borel*

O relato de Miramar dá conta de como era o processo de criação e produção do jornal. Havia montagem do esqueleto, em que cada um escrevia o que sairia na editoria da qual era responsável. Ele era responsável pela editoria diversão, em que colocava o “Jogo dos 7 erros” e tirinhas para os leitores. Como função da mídia comunitária, a *Folha do Borel* também noticiava os horrores da ditadura nos editoriais. De acordo com o relato, Antônio Carlos Macandal, que era ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), era um jovem que morava na localidade do Barranco. O exército entrou na casa do militante comunista para procurá-lo, mas não o encontrou. E o jornal noticiava as arbitrariedades da força ditatorial, segundo Miramar.

Os exemplares, que rodavam entre 1000 e 1200 eram distribuídos de forma gratuita, porém, cogitou-se a possibilidade de ser cobrado um valor bem simbólico, em centavos (que Miramar não se recorda o valor exato) para manter as impressões. A problemática comum entre as favelas, à época, era a garantia da habitação e os conflitos com forças de segurança, o que tornava o jornal do Borel como um veículo que pudesse colher as demandas de outras favelas, como as do Morro da Formiga, situado na Rua Conde de Bonfim. As reuniões de pauta para decidir o que seria publicado no jornal eram realizadas na Igreja (em referência a uma igreja católica), uma localidade superior do morro. O grupo que compunha a *Folha do Borel* também tinha estudantes e membros de movimentos sociais, que trocavam

informações com outro veículo, lembrado por Miramar durante a conversa, chamado “A Tocha”.

O relato de Miramar também dá conta da forma como o jornal era desenhado. Na época, não existia computador, o instrumento dos comunicadores comunitários era uma máquina de escrever doada por uma estudante de sociologia da UFRJ quase no ano de encerramento das atividades do jornal, para garantir e tornar mais rápido o processo produtivo de informações no boletim. Os cinco exemplares de quatro edições do veículo a que tivemos acesso, nos anos de 1979, 1981, 1982 e 1983, faremos a análise em duas partes: conteúdo e gráfica.

3.2. Análise do jornal

Em relação à parte de conteúdo e forma do jornal, viu-se que o veículo tinha as seguintes editorias, que não se alteravam nas edições subsequentes: editorial, entrevistas, O Linguão (dedicado a trazer informes de reuniões e assembleias realizadas na associação de moradores), horóscopo, jogos, cantinho poético, culinária. Essas eram editorias fixas, mas também entravam outros tipos de informação no jornal, como notícias de localidades do morro. Seguindo a lógica de um jornal, na capa, as principais notícias, trazendo a manchete e os boxes com outras notícias que o leitor poderia encontrar naquela edição. Abaixo, uma figura que exemplifica o material gráfico do veículo.

Figura 3: Capa da *Folha do Borel* de 1983



Fonte: *Folha do Borel*

Havia uma diferença discrepante entre os textos, seja na linguagem e na ortografia, seja na tipografia do que era escrito. O jornal tinha textos impressos batidos em máquina de escrever, recortados e colados em um exemplar e replicados nos seguintes, ou seja, o texto colado não aparecia no texto mimeografado. Neste aspecto, vale ressaltar a diferença de ortografia do que era informação recortada e colada, que dá fortes indícios de colaborações de membros de movimentos sociais e populares, como relatou Miramar, na composição do jornal. Nas informações escritas pelos moradores e feitas à mão havia um desvio ortográfico ou outro, trazendo, de fato, a preocupação em informar os fatos abordados, mas um desvio gramatical não era de extrema relevância. Já nos textos recortados e colados, ainda sem a posse da máquina de escrever, não havia desvio e já dava indícios de que não era uma produção local, levando em consideração a máquina de escrever, que era um objeto caro em um mundo sem acesso a computador. Vale destacar um aspecto interessante: em caso de erro no jornal, para não haver rasura, um pedaço de folha em branco era colado sobre a palavra e/ou parágrafo com erro em um exemplar correto e, assim, era reescrito, sem prejuízo ao conteúdo, mas consertando o erro para não sair nas reproduções mimeografadas subsequentes. O que estamos levando em consideração neste parágrafo não é norma padrão da língua portuguesa, mas as diferentes realidades e experiências com o acesso à norma padrão da língua para a construção desse jornal.

A linha editorial da *Folha do Borel* era não somente denunciante, mas trazia outras informações numa dura luta do referido veículo comunitário em cobrir e informar os moradores o que a grande imprensa não dá conta de mostrar, para além de textos estigmatizantes sobre violências nesses territórios. Levando em conta o período ditatorial no país, era corajoso que o jornal trouxesse em 1000 exemplares, denúncias de aumento de passagem ou um texto de opinião sobre as eleições de 1982, ano, também, de Copa do Mundo. Destaco aqui o texto publicado na edição deste ano supracitado:

1982, ano de eleições: depois de um longo período de 18 anos sem elegermos governadores e prefeitos, esse ano votaremos. Não é preciso falar muito para mostrar, a todo mundo, a situação que vivemos. Por outro lado, o que vemos, são os mesmos [sic], engordando, esbanjando dinheiro que é público (que é do povo), usando e abusando como donos exclusivos do país, não podemos esquecer que esses são os que entregam o país de bandeja para as multinacionais, que exploram terrivelmente nosso povo. Nada melhora, pelo contrário, cada vez mais comemos pior, nossos salários real diminuí, o transporte é pior e mais caro, moramos em péssimas condições, o atendimento médico é pior e mais caro por causa da incompetência do governo. E pouco caso com a saúde do povo.

A política, que é muito importante, também não podemos esquecer. Vejamos bem: temos representantes na associação de moradores, no sindicato, na Câmara municipal, estadual e federal. Vamos eleger prefeito e governador (isso se o barco não virar), presidente não [sic]. Isso “os homens” acham que não estamos preparados, e demos nossa força, pois sem ela nada disso existe e o que é muito importante, e às vezes esquecemos, é que nada disso funciona, vira apenas um teatro. Uma encenação se não temos a liberdade [sic], a democracia para todo o povo, que sustenta e cria riquezas para esse país. O que é comum é de termos “a política é para os políticos”. Isso é errado, a política tem que ser de todos nós, que levamos o país nas costas.

Hoje a situação é a seguinte: o governo sabendo da sua derrota nas eleições de novembro, mais uma vez dá uma rasteira no país e solta um pacote. Esse pacote nada mais é do que uma tentativa de fazer as regras para ganhar o jogo. Esse golpe proíbe toda e qualquer coligação entre partidos, ou seja, os partidos não podem se juntar para eleger um governador, o que atinge a oposição formada por vários partidos, obrigando cada um a lançar um candidato e assim dividir todos os votos. Para completar a rasteira a vinculação total dos votos, ou seja, quem votar por exemplo em um partido para governador, obrigatoriamente vota no prefeito, senador, deputado federal, estadual e vereador do mesmo partido, isto é, confunde o eleitor (quem não votar em um só partido, anula o voto) e dá uma vantagem, mesmo que tem organização na maior parte dos municípios e principalmente nas pequenas cidades e do interior. Ainda por cima, a propaganda eleitoral não está definida.

O que vemos é o governo tentar de todas as formas manter o poder, que ninguém lhe deu, usando a força, mas não temos dúvidas que a realidade, a vida, a nossa situação está aí. O tiro vai sair pela culatra, a nossa força é o que vai dar resultados das eleições o povo vai vencer!! (*Folha do Borel*, 1982).

Figura 4: Texto das eleições no jornal *Folha do Borel*



Fonte: *Folha do Borel*

Neste texto, vemos que há uma posição contrária ao governo ditatorial de João Figueiredo, que comandava o país à época. A referência do termo “os homens” era direcionada ao governo da ditadura. O texto, como é possível ler, traz duras críticas aos serviços públicos prestados à população, reivindica o direito de escolher seus representantes, ou seja, eleições diretas que só ocorrera em 1989, embora o regime ditatorial tenha tido fim em 1985, com o fim do regime de repressão, o voto para presidente ocorreu. O primeiro presidente eleito em eleições diretas foi Fernando Collor⁵, ex-governador de Alagoas e que sofreu impeachment perto do fim do mandato, acusado de envolvimento em esquema de corrupção. De fato, é de se admirar a forma corajosa da publicação deste texto acima.

Como de praxe do fazer comunicação comunitária por essência, a mobilização cidadã dos indivíduos também foi abordada e uma reunião com mulheres é convocada, por meio da edição de janeiro de 1982, a fim de discutir os direitos que subjazem a elas. O movimento de mulheres se reunia para debater a sociedade e seus limites machistas, como o direito ao voto, o dever de os maridos serem companheiros na hora de cuidar dos filhos e igualdade de gênero. Uma reivindicação discutida na reunião era a criação de uma creche para que elas

⁵ Reportagem sobre os 25 anos da ditadura civil-militar no Brasil. Disponível em < https://istoe.com.br/385595_25+ANOS+DE+ELEICOES+DIRETAS/ > Acesso em 10 mar. 2021.

pudessem trabalhar e ter onde deixar os filhos. De fato, uma luta amenizada, mas não finita nos dias atuais. Ainda hoje, é possível encontrar dificuldades no acesso à garantia do direito a creches para mulheres faveladas.

O que chama a atenção nas notícias do jornal eram as lutas travadas por direitos em um período tão duro de repressão contínua no país, o que faz o Borel, mais uma vez, ser um lugar berço da resistência contra a ausência de direitos.

O movimento comunitário não se limitava, apenas, no que se refere à luta por moradia, mas, de fato, mobilizava a favela em torno de temáticas comuns. Mulheres da favela usavam o espaço a União de Moradores do Borel para debater questões relacionadas a gênero, a partir da criação de um Departamento Feminino, que fazia reuniões, como mostra o texto publicado na edição de 1982:

Companheiras, a Associação do Borel está com um trabalho de mulheres que é o Departamento Feminino, no qual nós, mulheres, discutimos os nossos direitos junto com os do homem: a criação de dos nossos filhos sem escolas, o sinal que é um perigo para todos, principalmente para os nossos filhos e o direito de dividirmos com o nosso companheiro a luta do dia a dia. Discutimos todos os problemas, inclusive o da carestia. Já que somos mulheres, não servimos só para lavar, cozinhar e passar. Somos mães, amante e mulher. Mãe para criar os nossos filhos sem levar em conta a carestia. Amante para dividirmos o nosso amor com nosso companheiro. Mulher para ser parente principalmente na doença.

Este e outros são nossos temas de debate e por isso criamos um Departamento Feminino. Para termos o direito de discutir sobre nós mulheres, sobre o nosso direito de termos creches para podermos deixar nossos filhos quando formos trabalhar. Temos o direito de poder ganhar igual ao homem, de nos conhecer melhor, de dividir nossos problemas uma com as outras, de não ter que pedir autorização ao nosso companheiro quando quisermos sair.

O Departamento Feminino convida todas as mulheres do Borel para participar, que é para ajudar a termos um futuro livre, com a mesma igualdade do homem. (*Folha do Borel*, 1982)

Chama a atenção que este movimento feminista, como podemos observar, tomou força dentro de um espaço onde os debates políticos estavam presentes no cotidiano da população local. Esta conclamação às mulheres faveladas para discutirem gênero em um contexto social completamente diferente aos dias atuais traz, mais uma vez, a importância da mobilização favelada diante das opressões já naturalizadas e enraizadas na sociedade.

Nesse contexto social, já havia, no Brasil, na década de 1970, uma segunda onda feminista, que não sabemos ao certo se chegou às moradoras do Borel, mas que fazia parte da realidade delas, dado o texto publicado na edição do jornal sobre o qual estamos falando.

Mulheres que não tinham onde deixar os filhos para irem trabalhar e por isso lutavam por creches, como mostrou o texto destacado do jornal. A organização dessas mulheres faveladas traz luz às questões da segunda onda feminista, que tinha como enfoque o corpo. Um dos pontos de discussão do debate promovido pelas mulheres do Borel girava em torno do direito sobre decidir o que fazer, para que lugar ir, sem autorização do companheiro, sobre, de fato, igualdade de gênero. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Escuto enquanto estão caladas: carta à segunda onda feminista*, Julia de Cunto apresenta uma historiografia dos movimentos feministas da década de 1970, do qual destaco o seguinte fragmento:

entre as ondas, as mulheres estão sempre à deriva no mar da história. Confrontadas com golpes, ditaduras ou mesmo o avanço do conservadorismo em tempos de Democracia, lutar pelo feminismo parece atravessar o bem e o mal. A própria imagem de uma onda remonta a sua conflituosa relação com o mar. Após a ditadura militar, a possibilidade de leitura dos fatos ficou condicionada ao esquecimento histórico (CUNTO, 2018, p. 28).

Aqui, é válido salientar que, ao mesmo tempo que ocorria a segunda onda feminista no país, lá nos Estados Unidos, na década de 1970, o Movimento de Mulheres Negras (MMN), um movimento feminista, começa a pautar as questões de raça e classe no feminismo, não levantadas no Brasil até então. A dor comum e coletiva, seja na América ou no Morro do Borel, na década de 1980, mostra que as mulheres pretas da favela sabem bem na pele o peso da tripla opressão, por assim dizer: são mulheres, majoritariamente negras e são pobres.

Vê-se, até hoje, que o segmento do feminismo negro se coloca como corrente teórica para explicar as dores das mulheres negras, que são as mais vitimadas pelo feminicídio, pela violência doméstica, como mostram os dados estatísticos conhecidos.

Angela Davis, professora e ativista racial e feminista negra, traz em seu livro intitulado *Mulheres, raça e classe* que o movimento sufragista feminino nos EUA não contemplava as questões levantadas pela população negra. No capítulo “O sufrágio feminino na virada do século: a crescente influência do racismo”, a autora destaca que as ideias supremacistas da mulher branca estavam sobrepostas a quaisquer reivindicações relacionada à raça.

Com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre se cortejaram com facilidade,

estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance. Durante os primeiros anos do novo século, as ideias racistas ganharam influência como nunca. A atmosfera intelectual – mesmo nos círculos progressistas – parecia estar fatalmente contaminada por noções irracionais sobre a superioridade da raça anglo-saxã. Essa crescente promoção da propaganda racista era acompanhada por uma promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina (DAVIS, 2016, p. 127).

Voltando a falar do conteúdo do jornal, na edição de abril de 1981, a quatro anos do fim do regime ditatorial, a *Folha do Borel* publica um editorial intitulado “Uma brechinha de democracia”, no qual é possível analisar críticas ao regime da ditadura:

Depois de alguns meses sem circular, por motivos alheios à vontade de todos, o jornal aborda um dos temas mais problemáticos, as eleições.

Tá [sic] quase na hora de escolher nova diretoria para a associação. Que responsabilidade a nossa! Olhe que vamos ter que escolher homens que vão representar todos nós em todos os cantos aí fora, para as autoridades e tudo mais, homens que vão administrar nossa comunidade, incentivar tal ou qual luta, encaminhar tal ou qual reivindicação.

É, eleição é isso aí: seja ela qual for, para associação de moradores, sindicatos, deputados ou presidente da república, é um momento que temos muito que refletir, que conversar, para chegar na hora de votar e escolher a melhor chapa, aquela que tem o melhor programa e maior capacidade de realiza-lo

Do momento da eleição ninguém tem o direito de fugir. Veja bem, se é uma pessoa a escolher, a possibilidade de erro é grande porque é só uma, quanto mais gente participa, menor é a possibilidade de erro, e se todo mundo vota, a chapa eleita será realmente melhor porque é a maior parte dos moradores que quer. Quer ver, porque está tudo errado com a vida da gente? 1Kg de carne a quase CR\$100 e o salário mixuruca que só, quando a gente vai reclamar água para a casa da gente junto a Cedae só recebe embromação em troca. Isto acontece porque é um punhadinho de gente que escolhe a chapa e o programa que vai governar o país. Se fosse todo povo a escolher o presidente da República que tivesse o melhor programa e capacidade de realizar, duvidamos que continuasse tudo errado como está por muito tempo.

Democracia é todo mundo poder discutir e escolher o melhor. A gente ainda não pode escolher presidente da República, mas a gente pode escolher quem vai administrar e representar nossa comunidade. Essa é uma brechinha de democracia que a gente não pode desprezar. E a gente aproveita essa oportunidade não só votando no dia da eleição, mas tendo a certeza de estar escolhendo a melhor a que mais se aproxima dos interesses da comunidade.” (*Folha do Borel*, 1981)

Havia, portanto, uma crítica à falta de participação no voto para eleição presidencial de forma direta no país, assim como uma convocação para que os moradores votassem na eleição para a diretoria da associação de moradores. Além disso, enxergavam que a mudança de governo poderia beneficiar a população com uma política econômica que pensasse no

pobre. Em um artigo publicado no mesmo ano da edição supracitada, intitulado “FAFERJ reúne mais de 5.000 favelados”, o jornal afirma que cinco mil moradores participaram de um encontro da Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), a fim de discutirem as demandas coletivas:

A FAFERJ, federação que junta as associações de favelas de todo estado, teve nesses dois últimos anos uma briga feroz. Ao mesmo tempo que teve que trabalhar nas favelas pela organização e fortalecimento do movimento favelado, encontrou no governo do estado e seus “testas de ferro” um perigoso inimigo. Todas as formas de impedir a atual diretoria de cumprir seu papel de representante dos favelados foram tentadas: recursos na justiça, outras eleições, mentiras, que só contribuíram para criar confusões entre os favelados, inclusive os daqui do Borel.

Hoje a situação é clara: existe uma só FAFERJ, a decisão da justiça deu ganho de causa à diretoria presidida por Irineu Guimarães. A confirmação disso foi a reunião de mais de 5000 favelados que participaram do I Encontro de Favelas, promovido pela FAFERJ. Nesse dia, 29 de março passado, dezenas de presidentes e representantes de várias favelas se pronunciaram mostrando a situação de suas favelas, que não é muito diferente do Borel: péssimas condições de moradia, falta de água, luz, áreas de lazer, falta de recursos do Estado para a sobrevivência das associações e o mais importante: o título de propriedade de da posse de terra. Temos a consciência de que a favela é de quem mora nela e não dos especuladores imobiliários, e por isso mesmo o título de posse passa por uma luta coletiva na associação, federação, nos encontros e congressos de favelados de cada estado. Pois só com a união de todos conquistaremos uma vida digna e urbanizada e a construção de uma sociedade nova. (*Folha do Borel*, 1981)

Percebe-se que a luta por regularização fundiária é uma temática abordada há muito tempo e retratada no jornal, já que boa parte das casas em favelas não tinham e ainda tem algum registro ou escritura que dê ao morador o direito de ser dono da terra. Em seu artigo, intitulado *Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial*, Rafael Soares Gonçalves (2009) analisa a situação da regularização fundiária, a partir da segregação espacial como política pública:

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como “solução milagrosa” pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada

a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades (GONÇALVES, 2009).

Vale destacar que no período de pacificação, as favelas sofreram com um processo de gentrificação, movido pela especulação imobiliária. Isto quer dizer que aluguéis encareceram, produtos vendidos nos comércios locais aumentaram, o que supervalorizou, por exemplo, o bairro da Tijuca, já que havia, por assim dizer, segurança na região. Mas os efeitos da chamada “remoção branca” trouxe impactos na construção identitária e histórica do Borel, percebida por seus moradores como eu. A reportagem da *Revista Exame*, intitulada “Pacificadas, favelas já vivem boom imobiliário”⁶, retratando o encarecimento de aluguéis na favela Santa Marta.

Com a derrocada do programa do governo do Estado, é possível perceber uma retração de aumento nos preços em alguns segmentos, como o de serviços, que não estão tão presentes como antes no Borel. No entanto, os aluguéis ainda sofrem com os impactos de um projeto sem força, que rearranjou as relações econômicas do território.

Tão atual, um artigo intitulado *E o seu bolso, como vai?*, publicado em maio de 1981, na *Folha do Borel*, traz uma crítica ao aumento no preço dos alimentos. Na página seis, o jornal abre o primeiro parágrafo do artigo com um trecho de uma reportagem do jornal O Globo, que aborda a troca de itens da cesta básica que ficaram mais caros, na época, por outros: “Em vez de bife, macarrão ou polenta. No lugar das conservas industriais, soluções caseiras. Fidelidade a marcas já não existe, pois o que importa é o preço” (*O Globo*, 1981). O artigo segue:

(...). Como podemos ver na tabela, os preços vêm aumentando de ano em ano, mês a mês, dia a dia e nós temos que pensar duas vezes antes de encher

⁶ Reportagem da Revista Exame sobre a questão imobiliária nas favelas. Disponível em < <https://exame.com/brasil/pacificadas-favelas-ja-vivem-boom-imobiliario-599533/> > Acesso em 12 mar. 2021.

o carrinho no supermercado e até considerar alguns alimentos como supérfluos. Temos que escolher o que comer, não porque é saudável ou que tem mais proteínas, e, sim o que é mais barato, mesmo que não alimente nada ou quase nada.

Esse é um dos maiores absurdos que se pode considerar, pois o que comemos diariamente não é o suficiente para fornecer energia para a vida que normalmente levamos. Como se explica esse aumento? Bem, a resposta está no aumento estupendo da gasolina, o que leva ao aumento do carro e por sua vez o atravessador também aumenta mais um ponto, e quando chega nas nossas mãos está 3, 4 vezes mais caro.

Como resolver? O nosso país é por natureza cheio de opções, mas nem sempre interessa ao governo, por estar ligado às conhecidas multinacionais, que aos poucos controla o país, sem falar que elas têm em poder as nossas indústrias de base, quase todo setor de alimentação, inclusive a agricultura, o que nos leva a ser subordinados.

Quais seriam as soluções pessoais? Procurar os alimentos onde é mais barato, trocar o mais caro por um mais barato, e até se juntar a alguns vizinhos e comprar o atacado, o que sai mais barato. Esse processo se chama cooperativa, que é mais recomendado por nós.

A ideia é a seguinte: compra-se diretamente sem intermediários e vende-se mais barato, mas para isso é necessário uma boa quantidade de dinheiro para comprar a 1ª vez e muita organização. Isso é uma cooperativa. (*Folha do Borel*, 1981)

Como observamos no artigo, parece um cenário de Brasil atual, já que houve uma elevação no preços de alguns itens da cesta básica, como arroz, que triplicou⁷. A carne também sofreu um reajuste muito alto. Isto porque as exportações subiram, o que deixou menos produtos em solo brasileiro, aumentando a demanda, mas pouca oferta.

Tanto no contexto de publicação do artigo na *Folha do Borel* quanto hoje, as famílias pobres, que estão sem receber auxílio emergencial, em decorrência da crise econômica provocada pela pandemia de coronavírus, foram as que mais sofreram com os impactos da doença para além do acesso à saúde pública. Aliado a isto, as taxas altas de desemprego colaboram para um cenário de insegurança alimentar em muitos lares pobres brasileiros, o que tornou comum, portanto, recorrer à substituição de arroz por macarrão, dos alimentos mais caros aos mais baratos, como recomendou o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras)⁸.

3.3. Dos mimeógrafos para as redes

⁷ Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/arroz-bateu-recorde-de-exportacoes-e-preco-mais-que-triplicou-em-10-anos/>. Acesso em 07 mar. 2021.

⁸ Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,representante-dos-supermercados-diz-para-brasileiro-trocar-arroz-por-macarrao,70003431353>. Acesso em 07 mar. 2021.

No que consiste a parte gráfica, o boletim informativo em folha de papel A4, o jornal trazia, em sua capa, o logotipo com nome do veículo *Folha do Borel* escrito à mão, inspirado no jornal *Folha de São Paulo*. Havia, também, informação de ano e tiragem, que rodava em torno de 1000 a 1200 exemplares. O processo de impressão e cópias era feito por meio de mimeógrafos. Naquele contexto, o uso desse equipamento para replicar as vozes dos moradores era o único recurso, ora disponibilizado por uma igreja local, ora por outras instituições parceiras, era uma forma de resistência. Ainda neste contexto, a “Geração Mimeógrafo” foi um movimento literário que possibilitou uma nova maneira de promover a arte e a cultura brasileira que sofriam com a repressão do regime nos meios tradicionais de divulgação, como jornais, rádio, ou qualquer outro meio de comunicação⁹.

Além disso, num contexto social de repressão a quaisquer ideais que denunciassem o totalitarismo, o local de exposição de ideias e pensamentos saiu do que era tradicionalmente conhecido e deu lugar à imprensa alternativa, como sinaliza Sérgio Luiz Mendes, em seu artigo cujo título é *A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil: um olhar historiográfico*:

Entre os meios encontrados para a expressão livre das ideias, neste contexto, estavam a chamada imprensa alternativa designada também de underground, tropicalista, marginal, nanica, não-alinhada, emergente, poesia jovem, entre outros vocábulos com suas múltiplas conotações e contradições, usados genericamente como sinônimos perfeitos de produção literária independente. (BARROS apud MENDES, 2011).

A *Folha do Borel*, dado o cenário de censura contra qualquer manifestação de imprensa ou cultural que se opusesse ao sistema totalitário, aproveitou desse movimento, que também levava em consideração a questão econômica do jornal, e fez do mimeógrafo a única forma de fazer com que tudo o que era notícia referente ao território chegasse ao maior número de moradores. Pode-se ressaltar que a tiragem de 1000 exemplares é, sem dúvida, expressiva, levando em conta a época e o contexto econômico da favela e seus moradores.

Da era de uso dos mimeógrafos como forma de subverter a lógica opressora, passamos para o uso das redes como mecanismo de potencialização de vozes e de oportunidade de produção discursiva independente. O surgimento de diversos veículos de comunicação não hegemônicos, possibilitado pela chegada da internet e, mais que isso, pelo

⁹ Disponível em <https://www.todamateria.com.br/poesia-marginal/>. Acesso em 06 mar. 2021.

acesso ao ambiente virtual no país, transformou a forma como consumimos informação hoje. Antes, só se sabia o que saía no jornal, que tinha de esperar até o dia seguinte para estar a par das notícias. Hoje, o cenário é diferente: usamos as redes sociais como forma de obter informação, seja ela mais quente, por meio do *Twitter*, por exemplo, seja um relato mais robusto por meio de páginas no *Facebook*.

O Brasil é o 4º país com mais usuários da rede social criada pelo americano Mark Zuckerberg¹⁰, que tinha por finalidade criar comunidades e promover a facilitação da comunicação entre pessoas, só que a criação dessas comunidades perpassou pela forma de fazer comunicação comunitária, em contraposição à mídia local, já abordada neste trabalho. Outro fator que colabora para a pluralidade discursiva e de criação de notícia é o acesso a *smartphones*. Com um dispositivo móvel, aquela imagem gravada de violência policial deixa de estar no ambiente local daquela comunidade em questão para tomar proporções maiores no mundo virtual, por meio de compartilhamentos ininterruptos. A publicação desse conteúdo pode viralizar e garantir que a grande mídia noticie aquele fato e, também, pode fazer pressão no poder público por uma resposta, por exemplo. Este cenário exemplifica a descentralização da produção de notícia, argumentada por Luísa Gonçalves Brito (2011), no artigo *O internauta como produtor de notícias nas mídias sociais: a participação do público como um diferencial do jornalismo feito na internet*, pois

uma pessoa que presencia e registra um fato jornalístico ou que quer transmitir algo que julga importante para a sociedade passou a ter acesso mais rápido e fácil aos meios que possibilitam essa publicação. Quem quer divulgar algo pode montar um site, um blog ou até mesmo postar o conteúdo num portal colaborativo e deixar aquela notícia acessível a todos. O internauta não depende do jornalista ou do dono de um determinado veículo para divulgar as informações que deseja. (BRITO, 2011, p.42).

O que a autora traz é um aspecto de mudança na produção e recepção de conteúdos informativos/noticiosos. A transposição de meios de comunicação se mostra eficiente, do ponto de vista da comunicação comunitária, explicitado que a grande imprensa perdeu força, de certa forma, pela unilateralidade discursiva, o que já não ocorre por conta do acesso de aparelhos móveis. Para se ter uma noção da magnitude desta transformação, de acordo com

¹⁰ Reportagem do site Tecmundo sobre a posição do país em número de usuários no *Facebook*. Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/153570-brasil-4-pais-usuarios-facebook-quarentena.htm>. Acesso em 08 mar. 2021.

uma pesquisa da TIC Domicílios, o país tem hoje 134 milhões de pessoas com acesso à internet¹¹.

3.4. Jornal O Morro – A sua voz. A nossa voz. A voz do morro

O jornal *O Morro* foi outro veículo de comunicação do Borel, que surgiu em dezembro de 2011 e seguiu em funcionamento até outubro de 2015. O projeto de comunicação comunitária foi fruto de um prêmio da Agência de Redes para a Juventude, que premiava com um valor de R\$ 10 mil projetos de favela que pudessem ser executados no território. O idealizador desta iniciativa era eu, Igor Soares, com 15 anos, que, num primeiro momento, me juntei a outros três jovens para fazer o jornal andar. Menos de três anos depois da criação do jornal, só restou eu.

A ideia inicial do projeto era fazer um jornal em formato tabloide, mas não foi possível, o que levou à possibilidade de fazer comunicação comunitária em um espaço online, que também serviu como um termômetro para dialogar com a comunidade. Ou seja, as possibilidades de produzir narrativas não estão detidas amplamente pela grande mídia. Vale lembrar que não estamos abordando a questão de infraestrutura, mas da possibilidade de criação de conteúdo informativo, até mesmo de forma contra-hegemônicas. O veículo também tinha uma página no *Facebook*, onde usava a plataforma para republicar as reportagens que saíam no blog. O objetivo central do *O Morro* era trazer as notícias que não saíam na TV quando reportavam situações no Borel, já que, como prática discursiva, a violência desses lugares chegava primeiro às televisões da população do que às pessoas. Renata Souza, em seu artigo *Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré*, a pesquisadora traz as impressões da cobertura jornalística sobre militarização na favela.

O discurso hegemônico sobre a favela, angariado pelo discurso midiático, a descreve como um espaço dominado pelo tráfico de drogas, pela violência e falta de condições humanas de sobrevivência. Em uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC), em 2004, que resultou na publicação do livro *Mídia e Violência: tendências na cobertura de*

¹¹ Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa#:~:text=Atualizado%20em%2026%2F05%2F2020,a%20134%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas.&text=Conforme%20o%20estudo%2C%2074%25%20dos,Outros%2026%25%20continuam%20desconectados> > Acesso em 10 mar. 2021.

criminalidade e segurança no Brasil (RAMOS; PAIVA, 2007), um dos consensos encontrados entre os jornalistas é o reconhecimento de que os veículos em que trabalham são os responsáveis pela caracterização das favelas como espaços privativos da violência. Isso porque a pauta prioritária dá conta das operações policiais, dos tiroteios, execuções, etc (...) (SOUZA, 2015, p. 173).

O jornal acompanhou importantes mudanças pelas quais a favela passou, como o segundo ano de UPP no morro e seus desdobramentos, em 2010. Isto significa os diversos conflitos entre o processo de aceitação de policiais andando armados pelas ruas e vielas da comunidade. A pessoa que vos escreve sempre estava no meio das confusões entre a polícia e os moradores, uma vez que eu era chamado sempre que os ânimos se alteravam, como “o repórter do jornal do morro”, no auge da minha adolescência.

A minha experiência acompanhando essa rotina me rendeu ameaças vindas de policiais, que me chamavam pelo nome, quando não, me chamavam de Tim Lopes, em alusão ao jornalista morto por traficantes do Complexo do Alemão por uma investigação jornalística no ano de 2002.

No contexto de UPP, a grande questão era que a presença da polícia não bastava para a realidade da favela e, mais do que isso, não nos foi perguntado se a militarização da vida, como cunha o termo Renata Souza, era o que nós queríamos. Evidentemente, os moradores queriam mais do que a substituição de homens armados por outros homens armados só que na figura do Estado. Queríamos soluções para problemas de anos na favela e que chegaram a ser discutidos, mas que nunca foram para frente.

Em um primeiro momento, ainda que de forma reducionista, talvez, muitas organizações e projetos sociais chegaram ao Borel, na tentativa de servir como um braço social do Estado, que não prosperou. Cursos profissionalizantes chegaram e outras oportunidades também. De modo geral, o cenário foi minimamente mais decente do que a ausência total do poder público em todas as frentes. Isto quer dizer que apenas, no que se refere à profissionalização, houve uma vontade política de fazer algo, de fazer com que serviços públicos chegassem aos moradores.

No que diz respeito às mudanças, o processo de realocação de famílias da localidade da Grota para outros lugares do Rio de Janeiro também foi acompanhando pelo veículo referido neste trabalho. Decerto que boa parte das mudanças no morro pós-UPP tiveram a atenção do jornal, que buscava, de toda forma, recursos para continuar e ampliar os trabalhos.

No entanto, em outubro de 2015, o jornal teve fim e as atividades foram suspensas, já que era preciso repensar a angulação das notícias para não colocar em risco a vida quem as produzia. Desde então, a comunicação na favela ainda é feita por meio da Rádio Grande Tijuca, da rádio poste, que fica localizada na parte baixa anexa ao Borel e pelo alto-falante, que faz boa parte dos informes e anúncios audíveis na favela.

Infelizmente, não consigo mostrar as nossas publicações, pois o blog onde o jornal estava hospedado saiu do ar, assim como a página no *Facebook*, que, por não ter atividade, também não está funcionando, pois, a autocensura e o medo falaram mais alto do que eu.

3.5. A Rádio Grande Tijuca e sua contribuição para a comunicação comunitária

Como já foi citado pelo autor do livro *As Lutas do Povo do Borel*, Jorge Neto foi o precursor da comunicação comunitária local. Ele morava no Terreirão (localidade do morro). Em 2009, Jorge Neto morreu em razão de complicações do diabetes. Neto foi um morador crucial para o que o Borel se constituiu como uma favela que tem a comunicação comunitária como instrumento de defesa dos direitos coletivos, da denúncia pela ausência de políticas públicas em diversas áreas, pela mobilização social frente às demandas coletivas.

E foi com essas premissas que o morador criou a rádio PRGJ Rádio Cipó, como registrado na obra de Manoel Gomes. Passadas quase cinco décadas, em 2001, nasceu a Rádio Grande Tijuca. O veículo é fruto de uma oficina de Língua Portuguesa, quando houve a criação de uma rádio no colégio Oga Mitá, sob direção de Márcia Leite, a diretora da escola. À época, a direção da escola decidiu abrir o espaço da rádio para moradores do entorno do bairro da Tijuca, onde ficava situado o estabelecimento de ensino, para falarem de seus problemas diários enquanto corpos favelados, o que foi bem recebido pelas favelas.

A partir deste momento, os microfones foram abertos para gerar mobilização social frente às demandas das comunidades, para a promoção de debates e programas educativos, além de espaço de denúncias, sejam pela violência policial, ou pela ausência de serviços públicos e políticas públicas efetivas no território.

Figuras de luta importantes para a comunidade passaram pelo espaço da Rádio Grande Tijuca, como Mônica Francisco, atual deputada estadual pelo PSOL do Rio de Janeiro e que tinha um programa chamado *Fala, Comunidade!*, que prestava serviços de utilidade pública. Em um contexto de desigualdade profunda no Brasil, fazer a voz de uma comunidade ser ouvida é uma questão de sobrevivência.

A diversidade de programas faz com que este espaço público – no que se refere ao que e quem a rádio representa – esteja ao alcance de todas as pessoas da favela, em diferentes faixas etárias e grupos sociais distintos. Entre os programas da rádio, os mais escutados são o do DJ Kinho, que toca funk e Moraes Moraes, que toca forró. Além disso, Miramar faz a locução de todos os informes e avisos, assim como os anúncios dos apoiadores locais. Pois a sustentabilidade do veículo depende da contribuição dessas pessoas. A rádio também está ramificada hoje, com o projeto de rádio poste, que consiste na instalação de caixinha de som em pontos de fluxo que ligam o Borel, com o objetivo de fazer com que as pessoas que passem por esses locais ouçam o conteúdo produzido por Miramar e pelos outros integrantes.

Eu já fui integrante da rádio, quando conduzi um programa de debates e um programa de músicas evangélicas. Lembro-me que um dia após fazermos um debate sobre segurança pública, dado o cenário da presença da UPP no morro, em que queríamos debater o projeto de segurança do governo estadual, recebemos uma ligação do comandante da base local questionando a falta de representantes da polícia para a conversa, o que, de fato, não ocorreu.

A rádio Grande Tijuca chegou a entrar com pedido de regularização no Ministério das Comunicações em 2001, mas não teve retorno até hoje. Uma nova tentativa aconteceu em 2010, quando um capitão do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), do qual não lembramos o nome, em atividade de ocupação militar no Borel para instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, entrou em contato com Miramar, diretor da rádio para tratar da questão. No entanto, a rádio nunca teve retorno e continua funcionando sem outorga.

Como quase todas as rádios comunitárias hoje não têm outorga do Ministério das Comunicações, outro episódio também marcou nossa atuação: Fomos acionados mais uma vez para explicar por que a rádio estava tocando funk “proibidão” (em outras palavras, letras com mensagens um pouco mais explícitas ou que a justiça poderia considerar como apologia ao tráfico), o que não estava acontecendo. Descobrimos que uma rádio do Complexo da Maré estava na mesma frequência que a nossa (105.9fm) e que estava tocando os tais ‘proibições’. Aqui, não vou entrar em criminalização do funk, pois não cabe a este trabalho fazer esta discussão.

O que se pensou com a chegada da UPP, que foi um dos acontecimentos mais marcantes da favela, era se pensar de que modo poderia haver alguma melhoria, no que se refere a ajudas financeiras aos projetos e iniciativas locais. Houve, de fato, num primeiro momento a chegada de projetos e iniciativas do governo para tentar promover um desenvolvimento para além dos urbanísticos, mas social e econômico, fosse por meio de

obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), durante o governo de Dilma Rousseff, por incentivo do BNDES, com um projeto de distribuição de verbas para as iniciativas locais. Todo esse pacote estava dentro da ideia de aproximar a polícia dos moradores, mas nunca da presença efetiva e duradoura do Estado.

O avanço dos anos trouxe novas configurações de relações sociais, movidas pelo processo de globalização, que acarretou em um fluxo de informações.

4. CONCLUSÃO

Analisamos neste trabalho, portanto, a importância da comunicação comunitária para o Morro do Borel para construção da identidade coletiva e as lutas pela dignidade de quem reside na favela. Isto significa que veículos de comunicação comunitários, na história do morro, mostram a força do poder de mobilização social por meio da comunicação acessível, com linguagem própria e com lado, que não criminaliza a favela; pelo contrário, faz com que os interesses coletivos estejam acima dos individuais, garantindo a soberania local.

O processo de uso da comunicação comunitária, que começou com seu Jorge Neto, não parou nele, mas foi espelho de outras experiências comunicacionais não individuais em diferentes configurações, no âmbito local e nacional, como mudanças sociais, econômicas e temporais: a *Folha do Borel*, no período do regime ditatorial na luta por moradia e serviços públicos, a Rádio Grande Tijuca, na luta por direitos dos moradores e a ascensão dos pobres na configuração política que se avizinhava com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e o jornal *O Morro*, durante a implantação da UPP e seus desdobramentos na favela.

Atualmente, a UPP como política pública de segurança é falida e arrisco dizer que talvez não tenha funcionado como se pensou inicialmente, já que foi uma construção plenamente unilateral, uma tentativa de fazer com que a metodologia da “polícia de proximidade” fosse aplicável em espaços de favela.

Decerto que a *Folha do Borel* como principal veículo comunitário no século passado trouxe uma força expressiva para a realidade da comunicação comunitária no Borel, isto é, servindo como exemplo para gerações futuras, que não participaram do processo criativo do veículo, porém, que viram na existência da mídia a coragem para fazer comunicação comunitária, dialogando com a comunidade, produzindo e fazendo a comunidade ouvir e ser ouvida dentro de uma realidade inaudível.

Por conseguinte, o Borel vive, até hoje, os desdobramentos de lutas que começaram bem antes de esta favela ser o que é hoje, seja em lutas por garantias de direitos, seja pelo direito, inclusive, de se informar e promover uma formação cidadã dos moradores por meio dos veículos atuantes no território até os dias atuais.

A produção narrativa contra-hegemônica, que dá conta dos anseios da comunidade e que mostra outra realidade, que a grande imprensa sequer valoriza, faz da comunicação comunitária nos espaços empobrecidos mais uma ferramenta contra as violências cotidianas,

contra a ausência estatal. Além disso, é possível perceber uma comunicação que se reinventa e que prioriza o bem-estar social na favela.

O que se espera é que o Borel permaneça firme, enxergando na comunicação comunitária a saída para o caos. Hoje, em um cenário pandêmico mundial, vale fazer este registro de que durante a crise do coronavírus no ano de 2020, a comunicação comunitária na favela não falhou, mas continuou firme, seja por meio da Rádio Grande Tijuca, ou pela rádio poste a mobilização social, pilar da comunicação comunitária, está a todo vapor.

Vida longa à comunicação comunitária e favelada do Borel e parabéns pelo seu centenário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Luísa Gonçalves. O internauta como produtor de notícias nas mídias sociais: a participação do público como um diferencial do jornalismo feito na internet. In: JUNIOR, Walter Teixeira Lima (Org.). **Comunicação, tecnologia e cultura de rede**. São Paulo: Momento Editorial, p.40-71, 2011.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio** – O Mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Ed. Intertexto, 2001.

CUNTO, Julia de. **Escuto enquanto estão caladas: carta à segunda onda feminista**. 2018. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Ed. Boitempo, 2016.

DEMARCHI, Carlos Henrique. **O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: desafios e perspectivas**. In: INTERCOM, 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba – PR, 04 a 09 de setembro de 2017. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1627-1.pdf>> Acesso em 14 fevereiro 2021.

DORNELLES, Beatriz. O local em destaque: jornais de bairro x cadernos de bairros. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.9, n.1, p.244-259, março de 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n1p244>> Acesso em 10 março 2021.

ELHAJII, Mohammed. **Comunicação Intercultural: apontamentos analíticos**. Rio de Janeiro: Contemporânea, 2005. Disponível em <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_04/contemporanea_n04_05_Mohmmad.pdf> Acesso em 09 março 2021.

GÓES, Laércio Pedro Torres de. **Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web**. Salvador: Intercom, 2007.

GONÇAVES, Rafael. **Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial**, São Paulo: 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200017> Acesso em 07 março 2021.

GOMES, Manoel. **As lutas do povo do Borel, Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: 1980.

MALERBA, João Paulo. **Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação**. Rio de Janeiro, 2006.

MENDES, Sérgio Luiz. **A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1968-1984): um olhar historiográfico**. Teresina, 2011.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **O seqüestro da fala comunitária**. In: **InterSciencePlace**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/3>> Acesso em 06 março 2021.

_____. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**, Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERLMAN, Janice. **O Mito da Marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 377.

PERUZZO, Cícilia. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. Belo Horizonte: Intercom, 2003. Disponível em <
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99061099541813324499037281994858501101.pdf> >
Aceso em 03 janeiro 2021.

SILVA, Thiago de Faria e. **Os CPCS e as Favelas: entre a arte e a política**. *Revista de História e Estudos Culturais*. v. 11. n 1, p. 01-22, 2014.

SOUZA, Renata. **Cria da Favela**, Rio de Janeiro: Editora NPC, 2018.

_____. **Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré**. *RuMoRes*, v. 9, n. 18, p. 169-184, 2015.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.